

Agrícola do Amapá; nos demais é praticamente insignificante. Ao todo 658 migrantes, numa população prisional de 1.016 detentos, ou seja 64,7%. b) O maior percentual de imigrantes (estrangeiros) se acha no estabelecimento de Ponta Velho (Roraima), em números menores na Penitenciária do veador Fernando Guillon (Belém, do Pará) e na Penitenciária Agrícola de Boa Vista (Roraima). São ao todo 25. c) Os migrantes nacionais não diferem muito quanto aos delitos praticados da população local ou das populações prisionais de outras regiões brasileiras; quanto aos estrangeiros, o delito mais comum é o tráfico de entorpecentes ou a falsificação de documentos. d) Tanto entre nacionais como estrangeiros, é esmagadora a proporção de primários. e) Os Estados representados na população prisional são praticamente todos, sendo de notar, embora isso não tenha sido quantificado, que preponderam os da própria Região Norte e Nordeste. f) Os imigrantes procedem sobretudo dos países que têm fronteira com a Região, Bolívia, Colômbia, Guiana Inglesa e que coincidem com a rota do narcotráfico. g) Com exceção dos migrantes presentes nos estabelecimentos de Ponta Velho, a maioria não traz família, o que deve agravar os problemas de controle social na Região, e reforça a necessidade de maior atuação comunitária e institucional na sua assistência e encaminhamento. h) Decisão CNPCP: pela aprovação unânime e publicação integral da pesquisa na Revista do Conselho e ainda, designação dos Relatores para elaborarem texto de protocolo de intenções entre o Ministério da Justiça e Autoridades Estrangeiras, visando a circulação de pessoas entre o Brasil e outros países. III - Processos e expedientes relatados: 1) Conselho: JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS - a) Assunto: proposta para criação de Conselhos de Comunidade - VOTO: pela criação dos Conselhos com base na Lei Nº 7.210/84 e edição das sugestões contidas no Relatório. Decisão CNPCP: 1º) pela aprovação unânime e publicação em separado da íntegra do Relatório; 2º) edição de Resolução CNPCP, no sentido de norte ar o assunto em âmbito nacional. b) Expediente S/Nº-DEPEN-24.06.88 - Assunto: Pesquisa sobre Trabalho Carcerário - VOTO: "A iniciativa, - é nossa opinião, - deve prosseguir, buscando os necessários aperfeiçoamentos". Decisão CNPCP: pela aprovação e encaminhamento de cópia integral do parecer à origem; c) DNU/23/EAGR-ONU/205 de 22.06.88 - Assunto: Justiça Agrária e Desenvolvimento- Projeto PLANUD - VOTO: SUGERE-SE, portanto, que o CNPCP se dirija ao Ministério das Relações Exteriores manifestando nossa aprovação, em princípio, ao projeto, dentro das limitações que a Constituição breve irá impor à matéria quanto à implantação da Justiça Agrária; e de plena adesão aos aspectos acadêmicos do projeto no que envolve o aperfeiçoamento do nosso Direito Agrário, do seu ensino e pesquisa". Decisão CNPCP: pela aprovação unânime e encaminhamento da matéria ao Gabinete do Ministro, solicitando o encaminhamento do Parecer ao Ministério das Relações Exteriores. 2) Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPIRITO SANTO - a) Expediente S/Nº de 30/03/88 - Assunto: Plano de utilização carcerária - VOTO: pelo arquivamento. Decisão CNPCP: pela aprovação unânime. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

ATA DA 132ª REUNIÃO, DE 26 DE JULHO DE 1988 (MANHÃ)

Às 10:00 do dia 26 de julho de 1988 reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. Conselheiros presentes: EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, MIGUEL FREDERICO DO ESPIRITO SANTO, RUY DA COSTA ANTUNES e RENE ARIEL DOTTI. Ausências justificadas: Conselheiros ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, ELOAR GUAZELLI, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e ROGÉRIO LAURIA TUCCI. Convidados presentes: Doutores ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA e EDSON RAIMUNDO MACHADO, respectivamente, Diretor-Geral e Diretor da DIC/DEPEN-MJ. I - Processos e expedientes relatados: 1) Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPIRITO SANTO - a) Ofício nº 763/88 - Assunto: Relatório do Conselho Penitenciário do Estado de Pernambuco. VOTO: pelo arquivamento e encaminhamento de cópia ao Secretário de Justiça e Presidente do CEPCP do Estado de Pernambuco; II - Inspeção efetuada no Centro de Reeducação-CIR-Papuda-DF, em 30.06.88 - Relator: Doutor EDSON RAIMUNDO MACHADO - Diretor da Divisão de Inspeção e Controle do DEPEN - "Em pleno funcionamento foram encontradas a marcenaria, padaria e cozinha, onde em trevistos os internos do Estabelecimento, mostraram-se satisfeitos com o trabalho por eles ali desenvolvidos. Embora em funcionamento precário, a marcenaria será ampliada segundo o Diretor que tem o propósito de ver o equipamento já adquirido e não instalado, em plena atividade. Entre tanto, tal não lhe será possível, em curto prazo, em decorrência da falta de recursos que lhe possibilita dar andamento ao projeto. Foi constatada a existência de diversas máquinas de costura, ainda na embalagem, bem como outro fornecido para a panificação, os quais serão instalados a hora em que fique liberada a área das oficinas hoje ocupada pela Administração. Deslocado, o grupo, para conhecimento das instalações - celas -, deparou-se com as celas destinadas ao isolamento, onde o apenado ENEAS DE OLIVEIRA CORRADO, encontrava-se recolhido por determinação da Casa, vez que se tratava de preso recapturado, fora de Brasília, tendo logradouro da fuga desta Unidade prisional, quando trabalhava em área agrícola. A cela, por ele habitada, não dispunha das condições exigidas pela norma, tendo sido constatado pouca luminosidade, estar úmida e faltar colchão, bem como pôde ser notado que, para proteger-se da fumaça, o interno cobriu todo o piso da cela com pedaços de papéis e jornais. Esta área usa da pela Administração para isolamento está condenada, devido ao grande número de infiltrações que colocam em risco não só a estrutura mas, principalmente, a vida do preso que ali é alojado. Verificou-se, ainda, salas de aulas em pleno funcionamento, onde os próprios reclusos, treinados pela Fundação Educak, que mantém convênio com a Secretaria de Segurança Pública, estão ministrando aulas de alfabetização até a 4ª. série do 1º grau. Existe, também, convênio com a Proflora para a exploração da área pertencente à Terracap, onde são desenvolvidas culturas de mangas e outros frutos, com a participação da mão-de-obra do apenado. Aqui, hoje, 10 internos selecionados trabalham nas plantações. Todavia, é pretenção da Unidade colocar em atividade mais 50 internos. Foi confirmado pela Engenheira Agrônoma da Proflora ser pensamento da Empresa, aproveitar no seu Quadro de Empregados aqueles presos que estão trabalhando na área e que se acham terminando o cumprimento da pena. Assistência médica,

composta por 04 médicos, sendo 02 psiquiatras, 01 clínico e 01 dentista. Não há psicólogo e o trabalho de assistência social é feito por duas Agentes Policiais, tendo em vista não possuir a Unidade de técnicos da área. O Equipamento médico da Casa é insuficiente para o atendimento regular. Em razão disto, foram firmados convênios com a rede hospitalar de Brasília, tendo sido registrado uma saída mensal de 300 presos. Es-tão sendo treinados Agentes de Polícia, para a realização, também, acompanhamento e medicação dos internos. Os presos com desequilíbrios mentais, habitam o Centro de Observações da Unidade, que é desprovido de condições mínimas para o atendimento ambulatorial. Quiviu-se dizer que os medicamentos aos internos destinados pela área médica, são aplicados por Agentes de Polícia, em desconformidade com a norma técnica de atendimento médico. Inquirida, a Direção da Casa, sobre o Convênio que este Ministério firmou com o Ministério da Previdência e Assistência Social, para a avaliação de aparelhos médicos, medicamentos e detecção de doenças infecto-contagiosas, como a hanseníase, AIDS, lepra e outras, onde técnicos do MPAS visitariam o Estabelecimento, para a avaliação, o Diretor informou-nos de que até o momento não houve tal comparecimento técnico. Ressalte-se, desde já, que esta informação não foi detectada somente em Brasília, pois nos demais Estados onde já fizemos inspeções, a situação é a mesma. O CIR dispõe de um Quadro funcional de 208 pessoas para uma população carcerária de 579 internos, lembrando-se, outra vez, que vários são os Agentes desviados para outras atividades, por falta de técnicos nas áreas específicas. Das entrevistas feitas com os internos, sentiu-se que a queixa maior refere-se a falta de assistência judiciária. Segundo o Diretor, o MM. Juiz da Vara de Execuções da Capital tem comparecido rotineiramente no Estabelecimento, como também tem se feito presentes os membros do Conselho Penitenciário local. Vias antes de nossa inspeção, esteve neste Departamento Penitenciário Nacional, parentes do recluso SEBASTIÃO MENDES FERREIRA, solicitando, sem revelar de imediato o motivo, fosse mantido contato com o nominado, pois estaria em situação perigosa. Diante do pedido, o grupo procurou pelo interno no estabelecimento, tendo sido por ele informado que, sua vida corria risco, em virtude de ser pressionado por comparsas hoje presos no CIR, para que fabricasse facas e outros instrumentos visando novas fugas. Em face de tal fato, a Direção da DIC/DEPEN, na mesma hora, convocou o Diretor da Casa e informou-lhe do revelado pelo interno solicitando-lhe, inclusive, garantia de vida para o apenado. Tal acontecimento foi, por telefone, participado ao Exmº Sr. Secretário de Segurança de Brasília, também pela Direção da DIC/DEPEN. CONCLUSÃO: Pelo que verificou-se, em toda a Casa, Senhor Diretor, não há o que registrar de negativo na Administração do Dr. José Fernando da Silva Filho. A "PAPUDA" de hoje é completamente diferente da que foi vista no início deste mesmo ano, inclusive em termos de limpeza. As reclamações dos presos estão fundadas na falta de Assistência Judiciária. Com relação ao tratamento por parte de Agentes Policiais e Direção da Casa, todos foram unânimes em afirmar que não existem problemas, entretanto notamos que a maior parte das informações prestadas pelos internos estão eludidas de um certo temor, em decorrência, talvez, da presença sempre de perto dos servidores da Casa. Quando o grupo conversava com alguns apenados, é necessário que a Secretaria de Segurança Pública agilize a recuperação imediata do Pavilhão 06, hoje quase que totalmente desativado, em face de existir grandes infiltrações que põem em risco não só a estrutura do prédio, mas, principalmente, a vida dos internos que ali estão sendo alojados para cumprir castigos. Também é, premente, a reestruturação do Centro de Observações vez que, não apresenta qualquer característica de unidade hospitalar. Constatou-se, é absurdo que existam, luminárias expostas nas celas, ou seja, as lâmpadas fluorescentes não são embutidas, o que facilita, como foi visto, a retirada delas pelos internos, sendo usadas, inclusive, como antenas, presas aos beliches que são de metais. Também deverão ser revisados os vasos sanitários das novas celas, pois foram feitos em cimento aspero o que, sem dúvida, vai criar crostas e proliferar mau cheiros e bactérias. Devem ser usadas vasos turcos, em latas, ou vasos comuns protegidos por amarração de concreto. É proposta desta Divisão que sejam cobradas das autoridades da Secretaria de Segurança a colocação de colchões nas celas de isolamento, bem como, sejam os presos transferidos do Pavilhão 06, usado para o castigo, para o Pavilhão que não esteja condenado por infiltrações. Este é o Relatório que sumeto à apreciação de Vossa Senhoria, propondo seja dado a conhecer ao Senhor Diretor-Geral. Brasília, 08 de julho de 1988. Assinado: DULCINEA LOURENÇO SCALIA - Chefe da SIEP/DIC. Decisão CNPCP: pela aprovação unânime do Relatório e remessa de cópia ao Governador, Presidentes do Tribunal de Justiça e do CEPCP, Procurador-Geral da Justiça, Juiz de Execução Criminal e O.A.B - Seccional - Brasília - DF. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

ATA DA 133ª REUNIÃO, DE 26 DE JULHO DE 1988 (TARDE)

Às 14:30 do dia 26 de julho de 1988, em sessão solene presidida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Professor PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no Salão Nobre do Ministério da Justiça, situado no 4º andar do Edifício-Sede, com o objetivo de participar da cerimônia de assinatura de convênios que visam a promover a ampliação de vagas no Sistema Penitenciário Nacional. I - Conselheiros presentes: EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, MIGUEL FREDERICO DO ESPIRITO SANTO, RUY DA COSTA ANTUNES e RENE ARIEL DOTTI. II - Ausências justificadas - Conselheiros ELOAR GUAZELLI, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. III - Autoridades presentes: Procurador Geral da República, Senador SALDANHA DERZI, Secretário Geral e Chefe do Gabinete do Ministério da Justiça, Diretor-Geral do DEPEN-MJ e os Governadores dos Estados do Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Maranhão e, ainda, os Secretários de Justiça de São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Sergipe, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Piauí e Secretário de Segurança Pública do Território Federal do Amapá. IV - Alocação do Presidente do CNPCP: antes de iniciar a assinatura dos convênios o Presidente do Conselho reportando-se à cerimônia de sua investidura